

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Editor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Directora*MAURO GUIMARÃES — *Editor*MARCOS SA CORRÉA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLDO — *Editor Executivo*

Divida Externa Erros Arquivados

O presidente José Sarney pingou um ponto final na moratória na dívida externa brasileira, estratégia na qual o país nunca deveria ter embarcado, é que só acabou depois de demonstrar sua enorme capacidade para causar estragos. O Brasil perdeu reservas, reduziu a taxa de crescimento econômico e viu seu endividamento externo crescer de 110 para 113 bilhões de dólares entre 1986 e o início de 1987, com fuga de capitais e declínio na taxa de investimentos. Os meses da moratória coincidiram, ainda, com o aumento do déficit público e o apogeu das pressões da burocracia sobre o Tesouro Nacional.

Tudo isso seria suficiente para mostrar que a crise externa tem uma contrapartida interna muito mais séria e muito mais profunda. Mas, quando a Nação embarcou na moratória, o que prevalecia em Brasília era a pressão dos grupos radicais e estridentes dentro do PMDB. Com uma cartilha da Fundação Pedroso Horta na mão, muitos dos parlamentares que migraram para o PSDB, e que talvez hoje reconheçam o erro, pregavam uma atitude radical diante dos credores, argüindo que os bancos privados estrangeiros quebrariam se não fizessem concessões ao endurecimento brasileiro nas negociações da dívida. O populismo tinha encontrado uma âncora na briga com os credores estrangeiros, e tudo levava a crer que isso daria dividendos.

O tempo se encarregou de demonstrar que a crise dos países endividados é séria, mas o radicalismo no tratamento da questão da dívida não levava a nada. Adequadamente negociada, com boa dose de tolerância recíproca, a questão do endividamento pode encontrar soluções alternativas. O tempo demonstrou, também, que os bancos podiam fazer provisões para devedores duvidosos, ou, simplesmente, riscar dos seus livros dívidas impagáveis, sem quebrar nas Bolsas.

O fim da moratória reapresenta a questão do aporte do capital estrangeiro para o Brasil num contexto mais civilizado e estável. Na década de 70, o Governo contribuía para os investimentos com uma taxa de poupança de 5,8% sobre o PIB. Na década de 80, a capacidade de poupar do governo caiu para mais magros 1,8% do PIB, e hoje é literalmente nula. No mesmo período, o setor privado duplicou sua participação na formação de poupança, que na década de 70 chegou a 11,5% do PIB. A moratória expulsou ou botou o capital estrangeiro em banho-maria, com períodos em que chegou a ocorrer saída líquida de capital do país. É imperioso montar de novo essa equação, com o governo voltando a poupar e o capital externo contribuindo para investimentos, caso o Brasil queira voltar a desfrutar de taxas altas de crescimento industrial, como experimentou o passado. Convém lembrar que o capital estrangeiro já chegou a representar uma quarta parte da formação bruta de capital fixo no país.

O fim da moratória incide, hoje, com uma postura mais liberal na orientação dos fluxos de investimentos, demonstrando que os mercados se impõem aos freios da burocracia. Isso ocorre com a conversão informal da dívida externa, e, melhor ainda, com a conversão formal. Nesse processo, as decisões estão sendo tomadas de forma descentralizada, depois de muitos anos de domínio

absoluto dos canais da poupança pela burocracia. Este é um ponto que os economistas partidários do intervencionismo do Estado na vida econômica sonegam, mascaram e camuflam, quando atacam a conversão da dívida olhando apenas para seus efeitos supostamente inflacionários. O que inflacionou o Brasil foi o excesso de Estado e de Governo, e é isso que os mecanismos da conversão estão desmontando, para desespero da burocracia estatizante e de seus porta-vozes acadêmicos.

O fim da desastrada aventura da moratória não deve afastar o Brasil da busca de um entendimento de alto nível com os seus credores, com a rígida defesa da tese de que os países em desenvolvimento não podem continuar transferindo capital para as nações ricas. Isso é mais do que importante às vésperas da assembléia anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial em Berlim. Na verdade, a moratória apenas atropelou o entendimento e a defesa desse ponto, tanto que muitos banqueiros privados no exterior já se declararam favoráveis a fórmulas para securitização de parte da dívida.

O que é preciso é que essas fórmulas sejam competentes e lastreadas nos compromissos dos devedores de enfrentarem seus problemas de ajustes internos com seriedade. Mais que isso, é preciso a moldura institucional estável. O capital estrangeiro que vai para a China comunista pode vir para um Brasil pseudo-capitalista se este definir com firmeza suas leis e seu caráter. Este é o ponto: necessidade de clareza das regras do jogo.

A lentidão em reinstitucionalizar e definir molduras claras para a economia leva o Brasil a outros riscos de impasse, pois quando se fala em dívida externa não é apenas a União que está no vermelho, mas ainda as administrações estaduais, municipais e suas autarquias ou empresas públicas. De repente, o acerto geral que está sendo feito pela União começa a ser repudiado pelos Estados, porque seus administradores não querem pagar sua parte na conta. Em um exercício para o qual existem números claros, como o de 1985: a dívida externa líquida do setor público era de 69,9 bilhões de dólares, 42,7 bilhões dos quais cabiam ao Governo Federal e ao Banco Central. Descontando-se dívidas de empresas, a fatia de estados e municípios subia naquele exercício a cerca de 5 bilhões de dólares.

Já está na rua um movimento de governadores, encabeçado pelo Sr. Orestes Quérnia, para desobrigar os estados de honrarem os compromissos com o serviço dessa dívida. Aonde isso vai levar? A uma moratória interna onde a viúva, ou seja, a União, paga a conta, distribuindo por todos os brasileiros o peso do calote dos estados mais ricos. O debate sobre o Orçamento arrisca-se, dessa forma, a se transformar numa reedição das mesmas malandragens populistas que levaram o Brasil ao caminho da moratória, cujos prejuízos diretos são estimados por alguns em 2 bilhões de dólares, e por outros em muito mais. Agora, o alvo é a União, provando-se outra vez que o difícil é o acerto interno. Se o calote, ainda que doméstico, voltar a ser a palavra de ordem em dois anos consecutivos de eleições, o capital para investimentos vai continuar à margem. Já não basta a lição da outra moratória?